LEI Nº 2.370/2010

Cria o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Mariana – MG e dá outras providências.

O Povo do município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Vereador Raimundo Elias Novais Horta, Presidente da Câmara Municipal de Mariana, no exercício interino da Chefia do Executivo Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a criação do **Conselho Gestor do Telecentro Comunitário** do município de Mariana e estabelece normas gerais em conformidade com o dispositivo no Termo de Doação com Encargos, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério das Comunicações e o Município de Mariana, através do processo nº. 53000.051102/2007.

Art. 2º - O Telecentro Comunitário é um espaço público provido de computadores conectados à *Internet* em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação, com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

Art. 3º - O Conselho Gestor do município de Mariana tem a função de acompanhar e observar as atividades realizadas e sugerir melhorias na organização e utilização da unidade.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I
DA FINALIDADE DO CONSELHO GESTOR DO TELECENTRO COMUNITÁRIO

Art. 4º - A finalidade do Conselho Gestor é estabelecer as regras de funcionamento e uso do espaço do Telecentro, apontando os rumos futuros, incentivando o exercício pleno da cidadania e dando ferramenta para que a comunidade se desenvolva social e economicamente.

SEÇÃO II
DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO GESTOR DO TELECENTRO COMUNITÁRIO

Art. 5º - O Conselho Gestor tem por obrigações básicas:

I – Realizar a gestão do Telecentro;

II – Guiar todo o processo de começar o telecentro e, em longo prazo, assegurar seu contínuo funcionamento;

III - Ajudar na gestão e fiscalização do Telecentro;

IV- Organizar o uso do Telecentro pela comunidade;

V – Assegurar que todas as atividades oferecidas pelo Telecentro sejam abertas para qualquer pessoa da comunidade sem a necessidade de ser sócio ou filiado a partidos políticos, associações, entidades ou organizações de caráter associativo, religioso, de defesa de direitos, etc.;

VI – Assegurar que o uso dos equipamentos do Telecentro seja de livre acesso à comunidade, sem nenhuma restrição, desde que garantidos horário e espaço para todas as atividades decididas pelo Conselho Gestor e a manutenção e utilização adequada dos equipamentos;

VII - Organizar a distribuição e a recepção de inscrições para as atividades oferecidas pelo Telecentro;

VIII - Organizar os cursos, horários e forma de atendimento dos inscritos para este fim;

IX – Coibir o desperdício e limitar o número de impressões por usuário;

X – regulamentar o uso do equipamento do Telecentro;

XI – realizar reuniões mensais ordinárias para avaliar o funcionamento do Telecentro, bem como receber sugestões e solicitações dos usuários.

Parágrafo Único – Uma das primeiras tarefas do Conselho Gestor é identificar as necessidades de informação e comunicação da comunidade e designar instrutores e monitores que estarão mais envolvidos no começo e na gerência no dia-a-dia do Telecentro.

SEÇÃO III
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO TELECENTRO COMUNITÁRIO

Art. 6º - O Telecentro Comunitário reger-se-à pelos seguintes princípios:

I - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o direito ao acesso ao Programa de Inclusão Digital;

II - igualdade de direitos no acesso a inclusão digital, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se a equivalência entre as populações urbanas e rurais;

Art. 7º - A organização do Telecentro Comunitário tem como base as seguintes diretrizes:

I – Participação da comunidade no acesso a inclusão digital e no controle das atividades em todos os níveis;

II - Desenvolvimento social e econômico da comunidade.

III - Aprimoramento da relação entre o cidadão e o poder público, para a construção da cidadania digital e ativa;

IV - Redução da exclusão social e digital, criando oportunidades aos cidadãos;

V – Capacitação da população e inseri-la na sociedade;

CAPITULO II

SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO TELECENTRO COMUNITÁRIO

Art. 8º - Fica criado o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do município de Mariana, como um órgão fiscalizador e com a função de realizar a gestão Telecentro.

Art. 9º - O Conselho Gestor deve reunir membros da comunidade, do poder público, do corpo docente municipal das associações de moradores, enfim, deve reunir os cidadãos em torno da proposta de usar a inclusão digital para promover a inserção social da população.

SEÇÃO II
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR

Art. 10 – O Conselho Gestor do Telecentro Comunitário – doravante denominado pela sigla CGTC, é órgão superior de proposição, fiscalização e controle social do Telecentro.

§ 1º - O Conselho Gestor está vinculado diretamente a Secretaria Responsável do município de Mariana.

§ 2º - O Conselho Gestor de Mariana será composto por 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes de acordo com os critérios seguintes:

representantes do governo, um ligado a Secretaria Responsável e Secretaria Municipal de Educação, ambos indicados pelo Prefeito

representantes da sociedade civil organizada, preferencialmente representantes das entidades de moradores dos bairros ou distritos sede escolhidos bienalmente e indicados pelas próprias entidades.

composição da nominativa dos membros efetivos e suplentes do Gestor serão oficializados mediante Decreto a ser baixado pelo Municipal.

mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos facultada apenas recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público não remunerado.

membros efetivos do Conselho Gestor serão substituídos em suas por motivos de falta injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou alternadas, no período de 01 (um) ano.

membros do Conselho Gestor poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o

Eleito o Conselho Gestor, a cada nova gestão municipal, deverão ser novos representantes empossados pelo Prefeito Municipal, ou representante indicado por ele, num prazo máximo de 10 (dez) dias.

SEÇÃO III
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO GESTOR

– A diretoria do Conselho Gestor será obrigatoriamente eleita entre os membros e nomeada por Decreto Municipal.

– O Conselho Gestor terá seu funcionamento regido por um Regimento próprio, o qual obedecerá à seguinte estrutura:

Plenário;
Presidente;
Vice-Presidente;
Secretária e
Vice-Secretária

– O plenário é constituído da totalidade dos membros do Conselho Gestor, é o órgão deliberativo sobre as matérias de competência ao Conselho.

– As atribuições do **Presidente do Conselho Gestor** são:

Cumprir e zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;

esentar externamente o Conselho Gestor;

nvocar, presidir e coordenar as reuniões do Plenário;

reparar juntamente com o Secretário a ordem do dia submetê-la à ação do Plenário;

zer cumprir o Regimento Interno;

xpedir os atcs decorrentes das deliberações do conselho, encaminhando quem de direito;

elegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do ário;

- decidir sobre as questões de ordem;

convocar reuniões as extraordinárias quando necessário;

propor grupos de trabalho e cobrar apresentação de resultados nos prazos belecidos;

. **17** – Ao Vice-presidente do Conselho Gestor compete substituir e auxiliar o sidente no cumprimento das suas atribuições.

. **18** – São atribuições do **Secretário do Conselho Gestor:**

- organizar, juntamente com o Presidente do Conselho, as agendas de balho do Plenário;

- responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Conselho;

I - secretariar as reuniões, lavrar atas e proceder a todos os registros relativos o funcionamento do Conselho;

V - distribuir aos Conselheiros, projetos, programas, serviços, processos, dicações, moções e expedientes diversos submetidos ao Conselho;

V - preparar e encaminhar aos órgãos competentes as publicações deliberadas elo Conselho;

VI - responsabilizar-se pelo expediente do Conselho;

VII - assinar todos os expedientes da Secretaria e outros assemelhados quando delegados pelo Presidente;

VIII - comunicar à entidade a ausência do Conselheiro que completar 03 (três) faltas consecutivas não justificadas, ou 05 (cinco) intercaladas, também não justificadas, no período de um ano;

competências que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Plenário.

reuniões somente poderão ser realizadas com a presença da de seus membros em primeira convocação, ou com número a ser Regimento Interno, em segunda convocação.

Único – Todas as sessões do Conselho Gestor serão públicas e de divulgação.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

– Considerar-se-á instalado o Conselho Gestor do Telecentro em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus no órgão de imprensa oficial do Município e sua respectiva posse.

– Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

– Revogam-se as disposições em contrário.

, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 10 de agosto de 2010.

Raimundo Elias Novais Horta
Prefeito Municipal em Exercício